

Produção científica em teoria institucional: uma análise longitudinal das áreas de administração e contabilidade em periódicos brasileiros nos anos de 2005 a 2012

TALYTA EDUARDO OLIVEIRA

Universidade Estadual do Ceará
talyta.edu.oli@gmail.com

JOSÉ GLAUBER CAVALCANTE DOS SANTOS

Universidade Federal do Ceará
jglauber_cont@hotmail.com

SANDRA MARIA DOS SANTOS

Universidade Federal do Ceará
smsantos@ufc.br

AUGUSTO CÉZAR DE AQUINO CABRAL

Universidade Federal do Ceará
cabral@ufc.br

MARIA NAIULA MONTEIRO PESSOA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
naiula@ufc.br

Produção científica em teoria institucional: uma análise longitudinal das áreas de administração e contabilidade em periódicos brasileiros nos anos de 2005 a 2012

1 Introdução

As organizações cresceram e ganharam em complexidade estrutural em resposta a um acelerado ritmo de mudanças que ocorreram e ainda ocorrem no ambiente em que elas se encontram. Essas transformações têm impulsionado as empresas a desenvolverem formas de transporem os desafios emergentes estabelecendo estratégias que redefinem o papel da organização em seu contexto, inclusive ampliando sua capacidade de inovação e adaptação, que deve ter caráter contínuo. Estar atento às modificações sofridas pelo ambiente de mercado, tais como o desenvolvimento da tecnologia, a integração dos mercados e a concorrência em nível internacional, alinhando-as aos interesses de médio e longo prazo da organização, pode significar sua sobrevivência (CAMARGOS; DIAS, 2003).

É, portanto, neste ponto de discussão que recai a relevância conceitual da abordagem proposta pela teoria institucional. A base analítica desse constructo apóia-se no estudo da forma como regras e procedimentos passam a ser incorporados por uma dada organização. A premissa central habita no entendimento de que uma maior incorporação dessas ações está vinculada à busca por legitimidade, frente a ambientes externos e internos, através de processos isomórficos. Em suma, admite-se que uma parcela significativa das práticas dos indivíduos não é resultado de cálculos com base na utilidade da questão para o indivíduo, mas porque essas práticas são aceitas como corretas (FONTES FILHO, 2004).

Segundo a teoria institucional, os padrões de comportamento das organizações são criados e compartilhados por meio da interação. Todavia sua incorporação se dá a partir do surgimento de normas e regras objetivas. Elas, por sua vez, são cristalizadas na sociedade na forma de concepções legítimas e as organizações passam a absorvê-las como maneira mais eficaz de funcionamento da organização (GUERREIRO; FREZATTI; CASADO, 2006). Para Pereira (2012, p. 276), em um processo de rompimento constante com as estruturas organizacionais antigas, devido à imprevisibilidade e dinamicidade do ambiente, o novo contexto das empresas vê-se moldado por comportamentos cada vez mais padronizados e pela adesão a recentes tendências. Nesse sentido, a abordagem institucionalista “ganha espaço nos estudos organizacionais por fornecer maneiras de compreender padrões implícitos e a diversidade dentro das organizações”.

Barbosa Neto e Colauto (2010) reforçam o entendimento anterior quando afirmam que a teoria institucional tem a trazer relevantes contribuições à gestão organizacional, pois amplia o escopo acerca das resultantes de uma empresa. Além de refletir as ações humanas, devidamente coordenadas e planejadas, a organização também deriva de interações ocorridas com o meio cultural e político, somadas a processos cognitivos, simbólicos e sociais. Os autores ainda reforçam que a teoria não objetiva apenas dar explicação para a os fenômenos organizacionais em virtude das razões de legitimação de estruturas e processos. Ela vai além, pois examina quais as consequências dessas conformidades nos resultados que são esperados pelas empresas.

Guarido Filho (2008) advoga que a inclusão da perspectiva institucional nas análises circunscritas no campo dos estudos organizacionais vem crescendo em termos quantitativos e em substância teórica. Por sua vez, Tolbert e Zucker (2008, p. 194) afirmam que “proliferam análises organizacionais baseadas em uma perspectiva institucional”. Em forma de crítica, no entanto, as autoras emendam ainda que a própria abordagem institucional precisa se tornar institucionalizada. Mesmo em ascensão, a teoria institucional não se desenvolveu em alguns pontos específicos, citando-se, como exemplo: a falta de definição de um conjunto de variáveis-padrão; a não uniformidade em termos de metodologia de pesquisa; inexistência de um apanhado de métodos específicos da abordagem.

Diante do contexto apresentado, evidenciada a perspectiva favorável de aplicação da abordagem institucional, apesar de alguns dos seus aspectos teóricos estarem em construção, este estudo possui a seguinte questão de pesquisa a responder: *Como se caracteriza a produção científica divulgada em periódicos mais representativos, nas áreas de administração e contabilidade, que utilizaram a Teoria Institucional como arcabouço teórico em suas pesquisas?* Pressupõe-se, neste estudo, que houve uma crescente expansão na publicação que envolve a teoria institucional no período em estudo, sendo múltiplas as abordagens utilizadas, apoiado nas considerações anteriores de que a referida abordagem dispõe uma nova e recente perspectiva de análise do campo organizacional, sendo apropriada também pela contabilidade. Para tanto, estabelece-se como objetivo geral desta investigação analisar a produção científica nos periódicos mais representativos nas áreas de administração e contabilidade, no cenário nacional, que utilizaram a Teoria Institucional como alicerce teórico em suas pesquisas.

Com base nas pretensões da pesquisa, definiu-se como objetivos específicos: (i) Identificar, no período analisado, os principais eixos temáticos investigados nas pesquisas sob apoio da Teoria Institucional; (ii) Verificar as tipologias metodológicas aplicadas no desenvolvimento das pesquisas suportadas pela abordagem institucional; (iii) Caracterizar a base bibliográfica utilizada por pesquisas das áreas de administração e contabilidade desenvolvidas à luz da Teoria Institucional; e (iv) Traçar o perfil do pesquisador que utilizou a Teoria Institucional em trabalhos publicados nos periódicos de maior representatividade nas áreas de administração e contabilidade.

Do exposto, infere-se que a relevância da abordagem institucional, no campo organizacional, reside na necessidade que possuem as empresas de compreender as mudanças ocorridas nos contextos cultural e político, onde estão inseridas, além de processos cognitivos, sociais e simbólicos que as impactam. São esses fatores que resultam, conjuntamente com a ação humana, na organização, como comentam Barbosa Neto e Colauto (2010). Em se tratando da seara acadêmica, Pereira (2012) argumenta que a teoria institucional adquire cada vez mais espaço no âmbito dos estudos organizacionais, porque fornece instrumentos importantes à compreensão de comportamentos implícitos e também da diversidade organizacional, porém de acordo com Tolbert e Zucker (2008), é um campo que ainda precisa institucionalizar-se.

Mais além, este trabalho justifica-se ainda por trazer à tona a investigação em torno da teoria institucional em periódicos nacionais, especificamente nas áreas de administração e contabilidade. Diante desta abordagem que detém inquestionável significância para a área da administração, Barbosa Neto e Colauto (2010) enfatizam o recente interesse despertado também nas ciências contábeis. Ainda de acordo com os autores, a bibliometria contribui para a evolução do entendimento da produção científica da teoria institucional, tanto nesta como naquela área do conhecimento. Dessa forma, analisar a produção científica que fez uso do arcabouço teórico inerente à proposta institucionalista, evidenciará o processo de sedimentação do tema nas áreas do conhecimento destacadas, administração e contabilidade.

2 Referencial teórico

2.1 Teoria institucional

O campo dos estudos organizacionais passou por diversas transformações desde sua emergência, de fato, no século XVIII com a eclosão da Revolução Industrial, ocorrida na Inglaterra. Naquela época, ainda embrionária em termos práticos e conceituais, a administração começava a dar seus primeiros passos com Taylor que estabelecera os princípios da administração científica. Fayol, que trouxera um novo olhar para a organização, é considerado como o pai da primeira escola da administração, a clássica, que em seu cerne considerava a empresa um sistema fechado.

Desde então demais mudanças ocorreram no ambiente organizacional, fazendo com que a preocupação com o funcionário tomasse o centro dos debates. Apesar disso, a Teoria das Relações Humanas, a Teoria Comportamental e a Teoria Estruturalista, abordagens seguintes, replicavam a concepção obsoleta de organização-máquina. Apenas com a Teoria Contingencial finalmente o ambiente passou a ser visto como determinante da estrutura das organizações. Porém, uma abordagem mais recente traria uma nova lente e ampliaria o olhar no campo organizacional. A Teoria Institucional tem sua relevância na discussão dos aspectos simbólicos e de legitimidade que fundamentam as práticas das organizações.

A teoria institucional busca estudar como as forças sociais (imposições legais, culturais, regionais etc.) têm influência na rotina das organizações e como se dá o processo de absorção delas. Há um consenso entre diversos autores em dizer que a institucionalização se dá primeiramente porque se busca a reafirmação e legitimação em sociedade, buscam-se sempre formas que o estado considere como legítimas suas práticas ao padrão social (ROSSETTO; ROSSETTO, 1999; ROSSETTO; ROSSETTO 2005; CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2005; GUERREIRO; FREZATTI; CASADO, 2006).

Para Clegg e Hardy (2008), os processos institucionais têm se tornado um foco de relevância para pesquisa na área de estudos organizacionais, em detrimento das características da institucionalização. Busca-se responder ao seguinte questionamento: de que maneira se tornaram institucionalizados os domínios organizacionais? A teoria institucional apóia-se nas abordagens funcionalistas que investigam como as propriedades simbólicas contribuem à sobrevivência organizacional a partir de interesses externos.

Discutir o contexto da teoria institucional pressupõe o conhecimento acerca de um de seus conceitos-chave do constructo: a instituição. Resende (2009) define instituição como aglomerado de regras e padrões que, quando percebidos no campo social, adquirem certa estabilidade e, por esse motivo, são replicados, mesmo por um curto espaço de tempo. Dessa forma, a teoria institucional é considerada uma ferramenta conceitual importante utilizada na seara dos estudos organizacionais. Com sua perspectiva contemporânea, ela abrange aspectos não racionais (as instituições) das organizações, tais como a política, história, ideologia, valores, normas, costumes, imitação, etc. como fatores explicativos do seu arranjo estrutura e seu comportamento.

Por seu turno, Nascimento (2010, p. 25) acrescenta que as instituições “constituem em um grupo de pensamentos e ações que estão ancorados em hábitos de um grupo ou nos costumes de pessoas, fixando os limites e as formas das atividades humanas”. Mais além, segundo o autor, as instituições detêm papel importante na sociedade por serem minimizadores de incertezas por estabelecerem um padrão comportamental aceitável na sociedade, assim também são as organizações.

Machado-da-Silva e Gonçalves (2008) ratificam o exposto, pois segundo eles a teoria institucional pode ser compreendida como resultado da influência conjunta de diversos corpos teóricos, citando-se a ciência política, a sociologia e a economia, que tem por objetivo a atribuição, em suas proposições, a ideia de instituição (padrões de comportamento, normas, valores, crenças e pressupostos). Neste ponto encontram-se inseridos os indivíduos, os grupos e, inclusive, as organizações. Tolbert e Zucker (2008), ao descreverem os processos de institucionalização, também se referem aos grupos sociais que são criados e perpetuados pelo processo de institucionalização, denominado este processo como central.

Cunha, Soares e Lima (2011, p. 10) explicam que as organizações alcançam o *status* de entidades institucionalizadas no momento em que “passam a simbolizar as aspirações da comunidade a partir da ótica do ponto de vista de sistemas sociais”. Mais que isso, sendo a institucionalização uma característica absorvida pela empresa, ela pode vir a agregar respaldo ante a comunidade, quando lhe são exigidas mudanças de ordem econômica. Deephouse e Suchman (2008) relacionam *status* à reputação e também a legitimidade, esta que é um

conceito central no institucionalismo organizacional. O *status* é construído socialmente e caracterizado pela intersubjetividade, respaldado por atores sociais. A reputação é uma expectativa generalizada sobre um comportamento futuro da firma baseada por ações dela consolidadas no passado. Assim, segundo os autores, o alcance da legitimidade pode ser obtido através dessas duas variáveis.

Complementarmente, Berger e Luckmann (1985) afirmam que, quando houver tipificação de ações tidas como habituais entre diversos atores, como se vê na obtenção de um *status* ou de reputação, de maneira que haja reciprocidade, necessariamente ocorrerá institucionalização. As instituições são produtos de um processo histórico, que, construídas gradualmente ao longo do tempo, nunca são formadas de imediato ou instantaneamente.

Essa aceção anterior é compartilhada por Clegg e Hardy (2008) que definem as organizações sob três aspectos. Primeiro, as organizações são objetos empíricos, visto que elas são percebidas na sociedade segundo a ótica de cada indivíduo. Destarte, a interpretação que se tem da organização pode não ser a mesma, ou seja, existem diferentes organizações na mesma organização. Segundo, as organizações são discursos teóricos, já que derivam, suas práticas, de discursos legitimados, decorrentes de conversações recíprocas de seus constituintes. Em suma, as organizações representam aquilo que seus líderes consideram como de seu interesse. Por fim, a organização é um processo social, porque para entendê-la devemos levar em consideração práticas locais, cultura, linguagem, gêneros, hierarquia, enfim, seu ambiente.

A teoria institucional versa que, como afirma Pereira (2012), as organizações “trocaram” as pressões de cunho coercitivo (imposição de outros membros), normativo (legislação/padrões do ambiente operacional) e mimético (desejo de parecer com as demais organizações) que recebem, por legitimidade, sobrevivência e acessibilidade a recursos. Esse intercâmbio tem como consequência a transmissão, entre elementos, de valores, símbolos, estratégias e estruturas, denominado isomorfismo (padronização de comportamentos).

Conforme expõe Rezende (2009), a abordagem institucional é composta por quatro componentes: (i) relação ambiente-organização; (ii) legitimação e legitimidade; (iii) valores simbólicos; e (iv) isomorfismo.

Segundo a ordem supramencionada, (i) As organizações estariam inicialmente expostas à pressão do meio social, dessa forma, se sujeitariam às imposições (legais) requeridas – relação meio-empresa. Essa aceitação tem haver com a pretensão de a empresa respaldar suas práticas ante o mercado – legitimá-las; (ii) A entidade só existe, se e somente se, ela observa a aplicação das forças sociais, as quais ela deve se subjugar. Após o processo de absorção, ocorre a incorporação das instituições à rotina da empresa, o que pode explicar fatores como a eficiência do negócio; (iii) Há uma “adaptação”, tendo em vista as peculiaridades da entidade – criação do valor simbólico. Por outro lado, esta acaba reconstruindo o cenário que foi edificado pela meio social; (iv) Finalmente, consequência dessas ações, a organização procura “copiar” aquelas outras que detêm um perfil de elevada aceitabilidade e visibilidade social em prol do alcance de legitimação e em função do volume de informações que se depara – isomorfismo. Os chamados “modismos gerenciais” associam-se ao isomorfismo mimético, consubstanciado na adoção de atos respaldados por outras organizações (REZENDE, 2009; MACHADO-DA-SILVA; GUARIDO FILHO; ROSSONI; 2010; PEREIRA, 2012).

Além dos elementos da abordagem institucional, existe ainda, observado o modelo teórico de Tolbert e Zucker (2008) considerado no trabalho de Rezende (2009, p. 120-121), “os níveis de institucionalização”. Segundo esses autores, o processo de institucionalização pode ser segmentado em três etapas. A *habitualização*, primeira delas, define-se como o momento em que a organização, tendo de responder a problemas surgidos da ocorrência de modificações no ambiente, de cunho tecnológico, normativo/legal e mercadológico,

desenvolve “novos arranjos estruturais”, tornando-se adaptada ao novo cenário. Posteriormente, ocorre a *objetificação*, que pode ser entendida como a fase em que a organização, por meio do monitoramento interorganizacional e da teorização, compreende o valor do arranjo tendo em vista a sua absorção, por si e pelas demais organizações. A *sedimentação* é a última etapa, pois nela é que acontece a perpetuação da recente estrutura que fora adotada pela organização e seus gestores.

Essas fases também são conhecidas como estágios denominados de: pré-institucionalização, semi-institucionalização e institucionalização total. É dessa forma que as organizações têm suas práticas respaldadas diante da sociedade, o que retrata a relevância conceitual e teórica da teoria institucional, pois ela explica a maneira pela qual ações são definidas como “corretas” e dominantes, evidenciando assim o comportamento e a estrutura das empresas em função do ambiente em que estão inseridas.

Mesmo após as considerações realizadas que demonstram a pertinência da abordagem institucional no campo dos estudos organizacionais, Tolbert e Zucker (2008, p. 194) defendem que “a abordagem institucional ainda há que se tornar institucionalizada”. O consenso é discreto em questão à definição de termos-chave, medidas de mensuração e percursos metodológicos, nas pesquisas desenvolvidas. De maneira sumária, para as autoras, “a teoria institucional ainda não desenvolveu um conjunto central de variáveis-padrão, não tem metodologia de pesquisa padronizada nem tampouco conjunto de métodos específicos”. Emerge deste ponto a justificativa da realização desta pesquisa, pois se procura descrever a aplicação da abordagem institucional nas áreas da administração e de contabilidade que, como demonstra a seção seguinte, é utilizada sob diversos enfoques e tem ganhado em representatividade nos estudos de contabilidade.

2.2 Estudos empíricos anteriores

Zuccolotto, Silva e Emmendoerfer (2010) comentam que há um direcionamento significativo de estudos na área da contabilidade que buscam explicar fenômenos contábeis apoiados nos padrões de comportamento das empresas, pensamento este partilhado por Barbosa Neto e Colauto (2010). Dá-se maior enfoque ao institucionalismo, ressaltando-se a busca pela legitimidade frente o contexto social que a organização se encontra.

Quanto à disposição de trabalhos realizados na literatura englobando aspectos da teoria institucional, percebe-se que alguns estudos têm dado ênfase a um objeto de estudo pertencente ao ambiente gerencial das organizações. É o caso de Russo et al. (2012) que explanam acerca do destaque que vem adquirindo a teoria institucional, justamente graças ao seu avanço no campo da contabilidade direcionada aos usuários internos. Em sua pesquisa, os autores investigaram a existência ou não de evidências de determinado modelo de *Balanced Score Card* que contribuíssem para a sua institucionalização.

Por sua vez, Aguiar e Guerreiro (2008) trataram de discutir os processos de persistência e mudança nos sistemas contábeis gerenciais das organizações. Segundo eles, há uma tendência para a persistência que, no contexto da teoria institucional, poderia ser utilizada como instrumento de controle social, pois os relatórios gerenciais criados teriam certa homogeneidade.

Yodomari et al. (2008), analisaram a utilização de artefatos gerenciais dentro do cenário empresarial brasileiro. Como resultado, percebeu-se que a implantação dos artefatos segue um cerimonial e, além disso, viu-se que o mecanismo mimético é o que se destaca mais quando da adoção dos artefatos.

A amplitude de abordagens destacadas na literatura que fizeram uso da teoria institucional é deveras elevada. Chechelaine et al. (2013) estudou a influência que tem o processo de institucionalização na utilização de resultados referentes à avaliação de políticas públicas. Em seu estudo de caso foi evidenciado que o sistema de avaliação de Minas Gerais

ainda encontrava-se em construção, pois não havia aprimoramento do arranjo institucional, tampouco a consideração do contexto na consecução do sistema.

Gomes et al. (2013) levaram a institucionalização e seu processo à controladoria, no âmbito do poder executivo municipal do Ceará. Em seus resultados encontraram que a controladoria encontra-se na fase de objetificação, nível intermediário de institucionalização, sendo sua atuação considerada relevante para os servidores da seara municipal.

Por sua vez, Coraiola, Baratter e Wünsch (2013) tinham por objetivo a análise dos cursos superiores de tecnologia (CST's) sob a ótica da institucionalização. Mesmo sendo desenvolvida uma pesquisa de cunho qualitativo, o estudo demonstrou haver evidência da existência de processo de institucionalização do ensino tecnológico no Brasil.

Assim constata-se a pluralidade de concepções adotadas em torno na teoria institucional. Adicionam-se aos estudos anteriormente citados outras investigações científicas e suas temáticas centrais, englobando a institucionalização: governança corporativa e teoria institucional (FONTES FILHO, 2004); estratégia e teoria institucional (ALPERSTEDT; MARTIGNAGO; FIATES, 2006; LOPES; BALDI, 2013; LEONEL JÚNIOR; CUNHA, 2013). Outros estudos, no entanto, descreveram um perspectiva semelhante àquela estabelecida nesta pesquisa (GUARIDO FILHO, 2008; BARBOSA NETO; COLAUTO, 2010; AMBONINI; CAMINHA; ANDRADE, 2012; PEREIRA, 2012), mas sob escopo distinto, constataram, em geral, que a teoria institucional é um campo ainda em construção, que há concentração na publicação e que apesar disso, tem-se solidificadas as pesquisas nesse âmbito. Destarte, essa pesquisa se faz pertinente à medida que verifica a utilização desta teoria nas áreas da administração e contabilidade no Brasil.

3 Metodologia

3.1 Tipologia da pesquisa

A presente pesquisa classifica-se, quanto aos fins, como descritiva, pois teve como objetivo a análise da produção científica nos periódicos mais representativos nas áreas de administração e contabilidade, no cenário nacional, que utilizaram a teoria institucional como alicerce teórico em suas pesquisas. Segundo Collis e Hussey (2005) este tipo de estudo visa descrever o comportamento de fenômenos, pontualmente nesta investigação, a produção científica sobre teoria institucional. Assim sendo, a pesquisa desenvolve-se por meio de abordagem qualitativa, através do método de análise bibliométrica. Adicionalmente, Pereira (2010) menciona como vantagens da aplicação bibliométrica (i) a possibilidade de identificação de tendências, inclusive o crescimento do conhecimento acerca da abordagem institucional; bem como (ii) a identificação dos periódicos que se destacaram com maiores publicações, em número, sobre a temática. De modo complementar, Macedo, Casa Nova e Almeida (2009, p. 92) afirmaram que “estudos bibliométricos são importantes para conhecer o estágio em que a pesquisa se encontra em uma determinada área”, destacando a relevância da aplicação de pesquisas que tenham este foco de análise.

3.2 Loco de pesquisa e definição da amostra

Em decorrência do objetivo preconizado na pesquisa, foram analisados, no período de 2005 a 2012, as publicações nacionais dos periódicos descritos no Quadro 1, totalizando 18 fontes (*loco*) de coleta de dados. É relevante destacar que o critério de escolha dos periódicos supramencionados obedeceu àquele seguido por Amboni, Caminha e Andrade (2012, p. 216), segundo as categorias indicadas pelo sistema *Qualis* CAPES no ano de 2013. Os periódicos encontravam-se dispersos nos estrados A2 (7 revistas), B1 (8 revistas) e B2 (3 revistas), todos da área de avaliação “Administração, Ciências Contábeis e Turismo”. Para os autores “a escolha dos níveis mais altos de avaliação da CAPES indicam a representatividade destes periódicos no campo selecionado”.

Quadro 1 – Periódicos incluídos na coleta

| | Revista | Qualis | Área de Concentração | Artigos Encontrados | % |
|--------------|---|--------|----------------------|---------------------|-------------|
| 1 | BAR. Brazilian Administration Review | A2 | Administração | 5 | 8% |
| 2 | BBR. Brazilian Business Review | A2 | Administração | 1 | 2% |
| 3 | Organizações & Sociedade | A2 | Administração | 8 | 12% |
| 4 | RAC Eletrônica | A2 | Administração | 2 | 3% |
| 5 | RAE Eletrônica | A2 | Administração | 4 | 6% |
| 6 | Revista Contabilidade & Finanças | A2 | Contabilidade | 0 | 0% |
| 7 | Revista de Administração Pública | A2 | Administração | 2 | 3% |
| 8 | Cadernos EBAPE.BR (FGV) | B1 | Administração | 6 | 9% |
| 9 | Contabilidade Vista & Revista | B1 | Contabilidade | 2 | 3% |
| 10 | RAI : Revista de Administração e Inovação | B1 | Administração | 3 | 5% |
| 11 | RAM. Revista de Administração Mackenzie | B1 | Administração | 5 | 8% |
| 12 | Revista de Administração | B1 | Administração | 5 | 8% |
| 13 | Revista de Ciências da Administração (CAD/UFSC) | B1 | Administração | 3 | 5% |
| 14 | Revista de Contabilidade e Organizações | B1 | Cont./Adm. | 5 | 8% |
| 17 | Revista Universo Contábil | B1 | Contabilidade | 9 | 14% |
| 15 | Administração em Diálogo | B2 | Administração | 2 | 3% |
| 16 | Contabilidade, Gestão e Governança | B2 | Cont./Adm. | 2 | 3% |
| 18 | RGO. Revista Gestão Organizacional | B2 | Administração | 1 | 2% |
| Total | | | | 65 | 100% |

Fonte: elaborado pelos autores.

Frisa-se, adicionalmente, a partir do Quadro 1, grande parte dos periódicos analisados encontram-se no estrato mediano B1, que representam mais da metade das publicações analisadas sobre Teoria Institucional, destaque para a Revista Universo Contábil com 9 trabalhos. O estrato A2 representa pouco mais de 33% dos trabalhos em Teoria Institucional, a revista desse seguimento que mais apresentou trabalhos sobre o tema foi a revista Organizações & Sociedade. O estrato B2 representa menos de 10% dos trabalhos encontrados sobre Teoria Institucional a revista que menos apresentou artigos sobre o assunto foi a Revista de Gestão organizacional. Destarte, a amostra consolidou-se em 65 *papers* selecionados.

3.3 Procedimentos de coleta

No tocante aos procedimentos de coleta, após definido o *loco* de pesquisa, foram determinados os termos de busca, os quais contribuíram na formação da amostra tomada nesta investigação que fora apresentada no Quadro 1. Os termos em questão foram “institucional”, “institucionalismo”, “institucionalização”, “teoria institucional”, “legitimidade” e “isomorfismo”. Interpõe-se neste instante uma das limitações do estudo, porque outros termos, além destes, poderiam ter sido aplicados à pesquisa. Procedeu-se ainda com a busca de todos esses termos traduzidos para o idioma inglês. A pesquisa bibliográfica edificou-se em torno na localização dos termos de busca no título do *paper*, em seu resumo/*abstract* e nas palavras-chave. Por fim, identificados os trabalhos que atendessem aos critérios comentados, partiu-se para a busca das demais informações preteridas no atendimento da finalidade da investigação. Com relação ao perfil dos autores, quarto objetivo específico da pesquisa, houve necessidade de se recorrer, muitas vezes, ao currículo *Lattes* do pesquisador em virtude do

não fornecimento em completude das informações buscadas nesta proposta. Todos os dados coletados foram organizados e estruturados com auxílio do Microsoft Excel 2010.

4 Análise e discussão dos resultados

4.1 Evolução da produtividade sobre Teoria Institucional no período de análise

A Tabela 1 evidencia o nível de produtividade especificamente sobre a Teoria Institucional nos periódicos analisados, na secção temporal 2005-2012.

Tabela 1 – Produção científica relacionada à Teoria Institucional

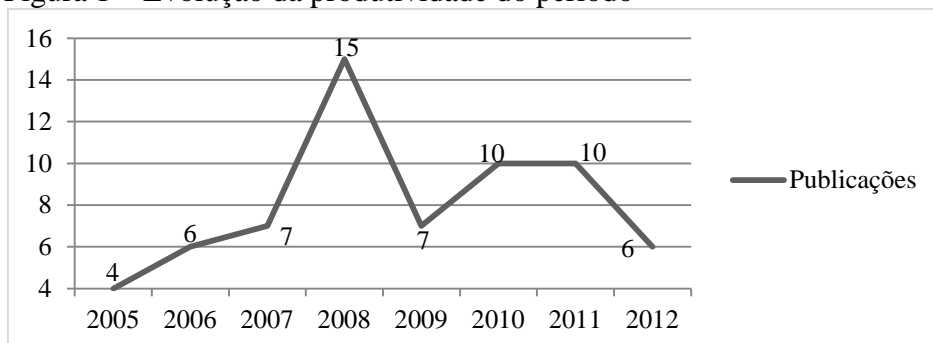
| Periódico | Artigos por período | | | | | | | | | % |
|--------------|---------------------|----------|----------|-----------|----------|-----------|-----------|----------|-----------|-------------|
| | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 | 2011 | 2012 | Total | |
| 1 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 0 | 2 | 3% |
| 2 | 1 | 1 | 3 | - | - | - | - | - | 5 | 8% |
| 3 | - | - | - | 1 | - | - | - | - | 1 | 2% |
| 4 | 1 | - | 1 | 1 | - | - | 2 | 1 | 6 | 9% |
| 5 | - | - | - | 1 | - | 1 | - | - | 2 | 3% |
| 6 | - | - | - | - | - | 1 | 1 | - | 2 | 3% |
| 7 | 1 | - | 1 | 4 | - | - | 2 | - | 8 | 12% |
| 8 | - | - | - | 2 | - | - | - | - | 2 | 3% |
| 9 | - | - | - | 2 | - | 1 | - | 1 | 4 | 6% |
| 10 | - | 1 | - | 1 | 1 | - | - | - | 3 | 5% |
| 11 | - | 2 | 1 | - | - | 1 | 1 | - | 5 | 8% |
| 12 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0% |
| 13 | - | - | 1 | - | 1 | 2 | 1 | - | 5 | 8% |
| 14 | - | - | - | - | 2 | - | - | - | 2 | 3% |
| 15 | - | 1 | - | - | - | - | - | 2 | 3 | 5% |
| 16 | - | - | - | 1 | 2 | 2 | - | - | 5 | 8% |
| 17 | - | 1 | - | 2 | 1 | 1 | 2 | 2 | 9 | 14% |
| 18 | - | - | - | - | - | 1 | - | - | 1 | 2% |
| Total | 4 | 6 | 7 | 15 | 7 | 10 | 10 | 6 | 65 | 100% |

Fonte: dados da pesquisa.

Com base em análise feita da Tabela 1, pode-se inferir que poucos periódicos abarcam uma grande parcela da produtividade sobre Teoria Institucional, enquanto que a maioria das revistas detém baixo nível de publicação do tema. Essa conclusão tem respaldo ao se verificar que as revistas Organizações & Sociedade e Revista Universo Contábil possuem 26% da publicação temática. Em avaliação mais geral, percebe-se ainda que cerca de 40% das revistas são responsáveis por 67% dos artigos que abrangem a Teoria Institucional.

Quanto a evolução da produtividade que utilizou a Teoria Institucional, a Figura 1 expõe o quadro geral do comportamento das publicações no período.

Figura 1 – Evolução da produtividade do período



Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com a Figura 1, o nível mais baixo de publicação sobre Teoria Institucional foi o ano de 2005, em seguida é possível observar um aumento em publicações nessa área, que pode ser justificado pelo aumento da utilização dessa teoria na área contábil, Barbosa

Neto e Colauto (2010) encontraram um aumento na produção na área contábil utilizando institucionalização quando comparados os anos de 2006 e 2008. Depois deste período a produtividade obteve valores que, mesmo em períodos de declínio, ainda sim superou a menor marca. Destaca-se o ano de 2008 com um elevado nível de produção, 15 artigos ao todo, ressalta-se que não foi encontrado na literatura nada que explicasse a queda na publicação no ano seguinte.

4.2 Temáticas centrais relacionadas à Teoria Institucional

Em atenção ao primeiro objetivo específico da pesquisa, a Tabela 2 demonstra as principais temáticas desenvolvidas no cerne dos trabalhos sobre Teoria Institucional que foram observados neste estudo.

Tabela 2 – Temas centrais relacionados à abordagem institucional

| Temáticas Centrais | Quantidade | % |
|--|-------------------|-------------|
| Estratégia | 18 | 28% |
| Contabilidade gerencial/Custos | 11 | 17% |
| Campo organizacional e institucionalização | 8 | 12% |
| Responsabilidade Social Corporativa/Sustentabilidade/Contabilidade Ambiental | 8 | 12% |
| Auditoria/Controle (interno e externo) | 4 | 6% |
| Inovação | 3 | 5% |
| Governança | 3 | 5% |
| Aprendizagem/Economia criativa | 3 | 5% |
| Internacionalização | 2 | 3% |
| Marketing | 1 | 2% |
| Gestão de pessoas | 1 | 2% |
| Produtividade | 1 | 2% |
| Motivação | 1 | 2% |
| Tributação | 1 | 2% |
| Total | 65 | 100% |

Fonte: dados da pesquisa.

Em alusão à Tabela 2, constata-se que as duas maiores temáticas “anexas” à Teoria Institucional nestas pesquisas foram (i) estratégia e (ii) Contabilidade gerencial/custos. Esses resultados podem ser explicados pelo fato da pesquisa ser desenvolvida na seara da administração e da contabilidade como ambientes científicos de coleta. Essa evidência é corroborada por Zuccolotto, Silva e Emmendoerfer (2010) e Barbosa Neto e Colauto (2010) que afirmaram haver uma crescente aplicação desse constructo em estudos da área de contabilidade. Comenta-se, adicionalmente, que apesar do destaque dado às duas áreas principais do estudo, nota-se a presença pulverizada de diversas temáticas, o que demonstra a amplitude inerente ao escopo da Teoria Institucional. Essa multiplicidade de contextos também foi percebida no estudo de Pereira (2012).

4.3 Tipologias metodológicas

Para atender ao segundo objetivo específico, a Tabela 3 dá início às considerações ao expor o tipo de estudo que faz aplicação da Teoria Institucional.

Tabela 3 – Tipo do estudo

| Tipo de estudo | Quantidade | % |
|-----------------------|-------------------|-------------|
| Ensaio | 13 | 20% |
| Empírico | 52 | 80% |
| Total | 65 | 100% |

Fonte: dados da pesquisa.

A evidência descrita na Tabela 3 demonstra que, mesmo tendo suas bases em um campo de estudo eminentemente teórico, a Teoria Institucional vem sendo utilizada correlata a pesquisas empíricas. No entanto, não se deve entender que este ou aquele tipo de pesquisa sejam superiores, pois suas contribuições são igualmente relevantes aos estudos organizacionais e à contabilidade. Emenda-se ainda que a pesquisa na “forma” de ensaio

requer um amplo conhecimento da área estudada e elevado amadurecimento científico do autor.

Complementarmente à avaliação feita anteriormente, na Tabela 4 é apresentado o tipo de abordagem optado na construção das pesquisas estudadas.

Tabela 4 – Abordagem de pesquisa

| Abordagem | Quantidade | % |
|----------------------------|------------|-------------|
| Qualitativa | 40 | 62% |
| Quantitativa | 7 | 11% |
| Qualitativa e Quantitativa | 4 | 6% |
| Não relatada | 14 | 22% |
| Total | 65 | 100% |

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados da Tabela 4 demonstraram que, mesmo em um campo de estudo “positivado”, onde tem ganhando cada vez mais importância a aplicação de métodos quantitativos, ocorre ainda o predomínio da abordagem qualitativa nas pesquisas. Esse resultado é parcialmente controverso àquele disposto na Tabela 3, quando houve superioridade dos estudos empíricos, em quantidade, aos ensaios. Ainda sim, são poucos os estudos que optam por um tratamento misto de seus dados (apenas 6%).

A Tabela 5 se propõe ir além ao descrever as técnicas de pesquisa utilizadas no seio das abordagens metodológicas.

Tabela 5 – Técnicas de pesquisa relatadas

| Técnica de pesquisa relatada | Quantidade | % |
|------------------------------|------------|-----|
| Estudo de caso | 15 | 23% |
| Análise de conteúdo | 2 | 3% |
| Entrevistas | 21 | 32% |
| Questionários | 3 | 5% |
| Survey | 1 | 2% |
| Pesquisa-ação | 1 | 2% |
| Modelo econométrico | 5 | 8% |

Fonte: dados da pesquisa.

De acordo com esta tabela, verifica-se que prevalece a aplicação de técnicas de cunho qualitativo, corroborando as evidências de preferência pela pesquisa qualitativa dos autores. As entrevistas (32%) e os estudos de caso (23%) são os mais utilizados neste tipo de pesquisa, enquanto que modelos econométricos respondem por apenas 8% das observações. Adiante, as características bibliográficas da pesquisa.

4.4 Características bibliográficas da amostra

O penúltimo objetivo específico desta proposta é examinar a base bibliográfica resgatada quando da investigação que envolva teoria institucional (TABELA 6).

Tabela 6 – Perfil bibliográfico da amostra

| Tipo de Referência | Caráter | Quantidade | Representatividade |
|--------------------|---------------|------------|--------------------|
| Livros | Nacional | 418 | 54% |
| | Internacional | 349 | 46% |
| | Total | 767 | 100% |
| Teses | Nacional | 16 | 94% |
| | Internacional | 1 | 6% |
| | Total | 17 | 100% |
| Dissertações | Nacional | 45 | 94% |
| | Internacional | 3 | 6% |
| | Total | 48 | 100% |
| Periódicos | Nacional | 230 | 22% |

| | | | |
|----------------------|---------------|-------------|-------------|
| | Internacional | 795 | 78% |
| | Total | 1025 | 100% |
| Anais | Nacional | 96 | 88% |
| | Internacional | 13 | 12% |
| | Total | 109 | 100% |
| Total de referências | Nacional | 805 | 41% |
| | Internacional | 1161 | 59% |
| | Total | 1966 | 100% |

Fonte: dados da pesquisa.

Pela Tabela 6 pode-se constatar que a publicação que envolve teoria institucional é embasada, predominantemente, pela literatura internacional, os trabalhos citam 59% da literatura internacional em seus trabalhos e a mais da metade são periódicos. As referências nacionais utilizadas representam 41% do material utilizado pelos trabalhos e concentram-se em livros, seguido por periódicos. Vale salientar que os estudos limitam-se em referências teses e dissertações nacionais, a representatividade de teses e dissertações internacionais são irrisórios, mostra que eles não estão interessados em pesquisas desse tipo internacionais. Ressalte-se que a maior base de dados está nos periódicos. Os resultados encontrados corroboram parcialmente os achados de pesquisa de Barbosa Neto e Colauto (2010). Em seguida, tem-se livros que destaca-se os nacionais. Destaca-se que foi pouco encontrado consultas as teses e dissertações sobre o tema, foram encontrados apenas 17 referências a teses nos trabalhos coletados. As quantidades de referências relacionadas aos Anais representam pouco mais de 5% e sua grande maioria são nacionais.

4.5 Perfil dos autores

A análise das Tabelas 7 a 11 busca atender ao quarto objetivo do estudo: traçar o perfil do pesquisador que utilizou a Teoria Institucional em trabalhos publicados nos periódicos de maior representatividade nas áreas de administração e contabilidade.

A Tabela 7 elenca os autores de maior presença nas publicações com teoria institucional.

Tabela 7 – Autores de maior presença nas publicações com teoria institucional (2005-2012)

| Autores | Instituição | Publicações | n/46 | n/65 |
|---|-------------|-------------|-------------|------------|
| Reinaldo Guerreiro | USP | 6 | 13% | 9% |
| Fábio Frezatti | USP | 4 | 9% | 6% |
| Silvana Anita Walter | FURB | 4 | 9% | 6% |
| Ana Paula Capuano da Cruz | USP | 3 | 7% | 5% |
| Carlos Alberto Pereira | USP | 3 | 7% | 5% |
| Gabriela Gonçalves Silveira Fiates | UNISUL | 3 | 7% | 5% |
| Ilse Maria Beuren | FURB | 3 | 7% | 5% |
| Márcia Maria dos Santos Bartolucci Espejo | UFPR | 3 | 7% | 5% |
| Tomás de Aquino Guimarães | UNB | 3 | 7% | 5% |
| Amaury José Rezende | USP | 2 | 4% | 3% |
| Andson Braga de Aguiar | USP | 2 | 4% | 3% |
| Clóvis L. Machado-da-Silva | UFPR | 2 | 4% | 3% |
| Flavia Pazzare Gassner | UFPR | 2 | 4% | 3% |
| Marcelo Milano Falcão Vieira | FGV | 2 | 4% | 3% |
| Paulo Otávio Mussi Augusto | PUC-PR | 2 | 4% | 3% |
| Robson Quinello | UNIFEI-SP | 2 | 4% | 3% |
| Total | | 46 | 100% | 71% |

Fonte: dados da pesquisa.

Não interessou neste item a ordem (autoria ou co-autoria) da publicação, sendo então a pontuação atribuída a mesma, tanto para este como para aquele tipo de publicação. Assim, Reinaldo Guerreiro, filiado à Universidade de São Paulo (USP), foi o autor com o maior

número de publicações no período, ou seja, seis das 46 publicações entre os que mais que publicaram, representando 13% deste grupo. Outra questão a se atentar é o fato de que apenas estes autores encontram-se com 46 publicações, ou seja, 71% das observações.

Por seu turno, na Tabela 8 dispõe-se a concentração de publicações em Teoria Institucional, mas desta feita, por instituição a que é afiliado o autor.

Tabela 8 – Dispersão de autorias por instituição

| Instituição | Autores | Publicações | %Publicações |
|--------------|-----------|-------------|--------------|
| USP | 6 | 20 | 43% |
| UFPR | 3 | 7 | 15% |
| FURB | 2 | 7 | 15% |
| FGV | 1 | 2 | 4% |
| PUC-PR | 1 | 2 | 4% |
| UNB | 1 | 3 | 7% |
| UNIFEI | 1 | 2 | 4% |
| UNISUL | 1 | 3 | 7% |
| Total | 16 | 46 | 100% |

Fonte: dados da pesquisa.

Da análise dos dados da Tabela 8, percebe-se que há uma elevada concentração de publicação em três regiões do país (Sul, Sudeste e Centro-Oeste). Apenas a Universidade de São Paulo (USP) detém 6 dos 16 autores com maior número de publicações e representa uma parcela de 43% da produção do período. A UFPR e a FURB vem logo em seguida, com 15% das publicações cada. Também foi verificada alta concentração e baixa dispersão da produção no estudo de Amboni, Caminha e Andrade (2012), corroborando assim os resultados.

Na Tabela 9 encontra-se o detalhamento dos autores quanto à sua formação, verificada por meio da titulação do autor.

Tabela 9 – Detalhamento dos autores por titulação

| Formação (maior titulação) | Quantidade |
|----------------------------|------------|
| Doutor | 90 |
| Mestre | 35 |
| Graduado | 1 |
| Total | 126 |

Fonte: dados da pesquisa.

A Tabela 9 evidencia elevada titulação dos autores de Teoria Institucional no país. O número de doutores que publicam sobre essa abordagem é quase três vezes a de mestres. Os graduados quase não têm qualquer representatividade na pesquisa.

A Tabela 10 expõe a área de formação do autor que possivelmente vem a influenciar nas escolhas de suas investigações científicas.

Tabela 10 – Área de formação do autor

| Área de formação do autor | Quantidade |
|--|------------|
| Administração | 78 |
| Contabilidade, controladoria e finanças | 27 |
| Engenharia | 12 |
| Gerenciamento e gestão | 5 |
| Política, relações internacionais e sociologia | 3 |
| Educação | 1 |
| Total | 126 |

Fonte: dados da pesquisa.

Da maneira como fora visto no tópico das temáticas centrais, tanto administração como contabilidade (e afins) preponderam como formações que, no momento, tem preferência pelo debate sobre Teoria Institucional, pelo menos, nos periódicos e período abordados.

Demais formações têm migrado para a Teoria Institucional que, como lembra Tolbert e Zucker (2008), tem suas raízes plurais nas áreas de economia, ciências políticas e sociologia.

5 Considerações finais

Este estudo bibliométrico, com abordagem qualitativa, teve como objetivo geral analisar a produção científica nos periódicos mais representativos nas áreas de administração e contabilidade, no cenário nacional, que utilizaram a Teoria Institucional como alicerce teórico em suas pesquisas. Foi verificado o período 2005-2012 em 18 periódicos, que totalizaram uma amostra de 65 artigos. Tinha-se como pressuposto da pesquisa o aumento do número de publicações envolvendo à abordagem institucional.

De início, percebeu-se que houve uma evolução no número de publicações, com algumas oscilações. Em relação ao primeiro objetivo específico, verificou-se que havia concentração temática, citando-se a estratégia, a contabilidade gerencial e de custos, a institucionalização e as temáticas ligadas ao meio ambiente, como mais concentradas. Mesmo assim, observou-se um número considerável de abordagens, o que demonstra a pluralidade teórica inerente à Teoria Institucional.

Quanto ao segundo objetivo específico, constatou-se que os estudos empíricos e a abordagem qualitativa prevaleceram na amostra. Foi possível observar que os estudos de caso e as entrevistas, como técnicas de pesquisa, responderam por 55% da amostra, corroborando a ênfase dada à pesquisa de cunho qualitativo que fora apresentada nos resultados. Em alusão ao terceiro dos objetivos específicos, preponderou a utilização de estudos suportados por uma base bibliográfica preferivelmente internacional. Os periódicos foi o grande destaque pois representam mais da metade das referências utilizadas, destaca-se que os trabalhos que utilizam Teoria Institucional pouco referenciam teses e dissertações, grande parte dos trabalhos envolvendo Teoria Institucional focam em periódicos. Finalmente, com relação ao quarto objetivo específico, elevada concentração de publicações por autor e por região. Em geral, os autores que trabalharam a perspectiva institucional em suas pesquisas eram pertencentes à administração e à contabilidade, controladoria e finanças, quanto à formação; Majoritariamente doutores, seguidos de um número considerável de mestres e um número ínfimo de graduados. Quanto à nacionalidade, são também em sua maioria brasileiros.

Assim, consideram-se atingidos os objetivos desta pesquisa que tinha como intuito central dar resposta à seguinte questão: *Como se caracteriza a produção científica divulgada em periódicos mais representativos, nas áreas de administração e contabilidade, que utilizaram a Teoria Institucional como arcabouço teórico em suas pesquisas?*

Concluiu-se que a Teoria Institucional, como base teórica das pesquisas nas áreas de administração e contabilidade, ganhou relevância, nessas e em outras esferas científicas no período analisado se comparado 2005 com 2012. Ficou evidente a gama de possibilidades de utilização de seus preceitos, decorrente de sua amplitude de abordagem. No entanto, cabe comentar acerca que a produção de trabalhos em Teoria Institucional concentra-se na área de administração. Espera-se ter dado contribuição à construção e ampliação da discussão que envolve a Teoria Institucional, não só nos estudos organizacionais e na administração, mas também na contabilidade.

Expõem-se como limitações da pesquisa e, portanto, sugestões a outras investigações futuras, o número reduzido de periódicos e a inclusão de eventos de respaldo às duas áreas, a fim de se verificar a discussão em torno da Teoria Institucional na administração e na contabilidade. Nada impede também que outros períodos possam ser acrescidos na análise e haja apropriação de uma abordagem quantitativa. Espera-se ter ampliado o debate que envolve a abordagem institucional no campo dos estudos organizacionais, especialmente, com relação às ciências contábeis.

Referências

AGUIAR, A. B.; GUERREIRO, R. Processos de persistência e mudança de sistemas de contabilidade gerencial: uma análise sob o paradigma institucional. *Revista Universo Contábil*, v. 4, n. 3, p. 6-24, 2008.

ALPERSTEDT, G. D.; MARTIGNAGO, G.; FIATES, G. G. S. O processo de adaptação estratégica de uma instituição de ensino superior sob a ótica da teoria institucional. *Revista de Ciências da Administração*, v. 8, n. 15, p. 1-24, 2006.

AMBONINI, N.; CAMINHA, D. O.; ANDRADE, R. O. B. Produção acadêmica em teoria institucional no Brasil: 1990 a 2010. *Revista Gestão e Planejamento*, v. 13, n. 2, p. 212-231, 2012.

BARBOSA NETO, J. E.; COLAUTO, R. D. Teoria institucional: estudo bibliométrico em anais de congressos e periódicos científicos. *Contexto*, v. 10, n. 18, p. 63-74, 2010.

BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade: Tratado de sociologia do conhecimento*. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/37213341/TEORICO-Completo-BERGER-LUCKMANN-A-construcao-social-da-realidade-tratado-sobre-a-sociologia-do-conhecimento>>. Acesso em: 7 jul. 2012.

CAMARGOS, M. A.; DIAS, A. T. Estratégia, administração estratégica e estratégia corporativa: uma síntese teórica. *Cadernos de Pesquisa em Administração*, v. 10, n. 1, p. 27-39, 2003.

CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. A Trajetória Conservadora da Teoria Institucional. *RAP*, v. 39, n. 4, p. 849-74, 2005.

CECHELAINE, C. H. O.; SILVEIRA, M. C.; OLIVEIRA, K. P.; MORAES, C. E. S. A influência dos processos de institucionalização na utilização dos resultados de avaliações de políticas públicas: o caso mineiro das avaliações executivas de projetos. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 16, n. 1, p. 82-97, 2013.

CORAIOLA, D. M.; BARATTER, M. A.; WÜNSCH, A. R. A institucionalização dos cursos superiores de tecnologia (CST's) da OPET: a adoção pioneira e a recursividade do processo. *Revista de Administração da UNIMEP*, v. 11, n. 1, p. 104-133, 2013.

CUNHA, A. S.; SOARES, T. C.; LIMA, M. A. A institucionalização como forma de diferenciação frente ao isomorfismo organizacional. *Revista Eletrônica do Mestrado Profissional em Administração da Universidade Potiguar – RAUnP*, ano 3, n. 2, p. 8-14, 2011.

CLEGG, S. R.; HARDY, C. Introdução: organização e estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; NORD, W. R. *Handbook de estudos organizacionais: modelos e novas questões em estudos organizacionais*. V. 1. São Paulo: Atlas, 2008.

COLLIS, J.; HUSSEY, R. *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação*. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

DEEPHOUSE, D. L.; SUCHMAN, M. Legitimacy in Organizational Institutionalism. In: GREENWOOD, Royton; OLIVER, Christine; SAHLIN, Kerstin; SUDDABY, Roy. *The Sage Handbook of Organizational Institutionalism*. Los Angeles, Califórnia: SAGE Publications Ltd, 2008. p. 49-77.

FONTES FILHO, J. R. *Estudo da validade de generalização das práticas de governança corporativa ao ambiente dos fundos de pensão: uma análise segundo teorias da agência e institucional*. 2004. 185 f. Tese (Doutorado em Administração) – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2004.

GOMES, A. O.; PETER, M. G. A.; MACHADO, M. V. V.; OLIVEIRA, T. E. A institucionalização da controladoria no âmbito do poder executivo municipal no estado do Ceará. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 16, n. 1, p. 35-50, 2013.

GUARIDO FILHO, E. R. *A construção da teoria institucional nos estudos organizacionais no Brasil: O período 1993-2007*. 2008. 301 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2008.

GUERREIRO, R.; FREZATTI, F.; CASADO, T. Em busca de um melhor entendimento da contabilidade gerencial através da integração de conceitos da psicologia, cultura organizacional e teoria institucional. *Revista Contabilidade e Finanças*, Edição Comemorativa, p. 7-21, 2006.

LEONEL JÚNIOR, R. S.; CUNHA, C. R. Atores, trabalho institucional e a institucionalização da estratégia de diversificação em uma cooperativa agroindustrial. *Revista de Administração e Contabilidade da UNISINOS*, v. 10, n. 1, p. 81-98, 2013.

LOPES, F. D.; BALDI, M. Estratégia como contexto interfirma – uma análise a partir da imersão social e da teoria institucional no setor de carcinicultura Norte-Rio-Grandense. *Revista de Administração Mackenzie*, v. 14, n. 2, p. 210-242.

MACEDO, M. A. S.; CASA NOVA, S. P. C.; ALMEIDA, K. Mapeamento e análise bibliométrica da utilização da análise envoltória de dados (DEA) em estudos de contabilidade e administração. *Contabilidade, Gestão e Governança*, v. 12, n. 3, p. 87-101, 2009.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GONÇALVES, S. A. Nota técnica: a teoria institucional. In: CLEGG, S. R.; NORD, W. R. *Handbook de estudos organizacionais: modelos e novas questões em estudos organizacionais*. V. 1. São Paulo: Atlas, 2008.

MACHADO-DA-SILVA, C. L.; GUARIDO FILHO, E. R.; ROSSONI, L. Campos organizacionais: seis diferentes leituras e as perspectiva de estruturação. *RAC*, Edição Especial, art. 5, p. 109-147, 2010.

NASCIMENTO, A. M. *Controladoria: instrumento de apoio ao processo decisório*. São Paulo: Atlas, 2010.

OYADOMARI, J. C.; CARDOSO, R. L.; MENDONÇA NETO, O. R.; LIMA, M. P. Fatores que influenciam a adoção de artefatos de controle gerencial nas empresas brasileiras: um estudo exploratório sob a ótica da teoria institucional. *Revista de Contabilidade e Organizações*, v. 2, n. 2, p. 55-70, 2008.

PEREIRA, F. A. M. A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. *Organizações em Contexto*, Ano 8, n. 16, p. 275-295, 2012.

REZENDE, A. J. *Um estudo sobre o processo de desinstitucionalização das práticas contábeis de correção monetária em empresas brasileiras*. 2009. 267 f. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade - FEA, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2009.

ROSSETO, C. R.; ROSSETO, A. M. A. Combinação das Perspectivas Institucional e da Dependência de Recursos no Estudo da Adaptação Estratégica Organizacional. *Teor. Evid. Econ.*, Passo Fundo, V. 7, n. 12, p. 111-136, 1999.

ROSSETO, C. R.; ROSSETO, A. M. A. Teoria Institucional e Dependência de Recursos na Adaptação Organizacional: Uma Visão Complementar. *RAE-eletrônica*, v. 4, n 1, art. 7, 2005

RUSO, P. T.; PARISI, C.; MEGLIORINI, E.; ALMEIDA, C. B. Evidências de elementos de institucionalização do Balanced Scorecard na obra “A estratégia em ação”: um olhar baseado na teoria institucional. *Revista Contabilidade e Finanças*, v. 23, n. 58, p. 7-18, 2012.

TOLBERT, P. S.; ZUCKER, L. G. A institucionalização da teoria institucional. In: CLEGG, S. R.; NORD, W. R. *Handbook de estudos organizacionais: modelos e novas questões em estudos organizacionais*. v. 1. São Paulo: Atlas, 2008.

ZUCCOLOTTO, R.; SILVA, G. M.; EMMENDOERFER, M. L. Limitações e possibilidades de compreensão da utilização das práticas de contabilidade gerencial por perspectivas da teoria institucional. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, v. 7, n. 3, p. 233-246, 2010.